



Simulado Final

# TRT MS

**Analista Judiciário - Área Judiciária**

**Sem Especialidade**

**Pós-Edital**

# Simulado

Simulado TRT-MS (Analista Judiciário - Área Judiciária)

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área Judiciária** do TRT-MS;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h** às **13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

## PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/jtjopq9LqArvq1jN9>

- |                      |                      |                      |                      |                      |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) |

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****LÍNGUA PORTUGUESA***Fabício Dutra*

**01.** Assinale a opção que se apresente em total consonância com as regras de pontuação.

- a) Quando eu morrer, desejo que me incinerem e que 10% de minhas cinzas, sejam jogadas sobre meu empresário.
- b) Enquanto o poço não seca, não sabemos dar valor, à água.
- c) Na verdade, não somos gratos àqueles que realizam nossos sonhos por um motivo muito simples: eles os arruinam, tornando-os reais.
- d) General que conta como vencerá a batalha, perde antes.
- e) Em tempo de guerra, a verdade é tão preciosa que sempre deve ser acompanhada, por uma escolta de mentiras.

**02.** Assinale a opção adequada quanto ao emprego do verbo.

- a) Devem haver pessoas agindo com cautela ao lidar com questões de segurança pública.
- b) Vai existir debates sobre mudanças climáticas na próxima conferência.
- c) Há de existir ampliações na frequência de eventos extremos no clima.
- d) Deve ocorrer todas as refeições em horários regulares para manter a saúde.
- e) Vai haver mudanças significativas nas políticas ambientais nos próximos anos.

**03.** Verbos abundantes são aqueles que possuem mais de uma forma de valor equivalente, o que ocorre principalmente no participio.

A alternativa que mostra formas adequadas para os dois participios é:

- a) romper / rompido e roto.
- b) chegar / chegado e chego
- c) trazer / trazido e trago
- d) empregar / empregado e emprego
- e) abrir / abrido e aberto

**04.** A frase em que as palavras sublinhadas repetidas mostram significados diferentes é:

- a) O direito de todos só existe quando todos têm direito.
- b) Quem perde tempo perde oportunidades.
- c) Na escola, ensinam que aprender é aprender, mas esquecem que errar também ensina.
- d) O que fez a diferença naquele jogo certamente foi todo o jogo psicológico feito pelo adversário.
- e) No Brasil é igual lá em casa: quem fala não manda e quem manda não fala.

**05.** Assinale a alternativa que se apoia no método **indutivo** de argumentação.

- a) O aquecimento global é causado pelo aumento de gases de efeito estufa na atmosfera. Por exemplo, a liberação de dióxido de carbono por indústrias tem agravado o problema em cidades como Pequim.
- b) A chuva ácida destruiu grande parte das florestas na Alemanha nos anos 1980. Esse fenômeno é um exemplo dos impactos da poluição atmosférica no ecossistema global.
- c) Na literatura, o realismo busca retratar a sociedade de forma crítica e detalhada. Em "Memórias Póstumas de Brás Cubas", Machado de Assis expõe as mazelas da elite brasileira do século XIX.
- d) Animais possuem estratégias de defesa para garantir a sobrevivência. O polvo, por exemplo, utiliza a camuflagem para se esconder de predadores.
- e) A prática de exercícios físicos regularmente melhora a saúde mental. Estudos mostram que a corrida, em especial, reduz significativamente os níveis de ansiedade.

**06.** Assinale a opção em que a comparação não está explicada.

- a) Esse automóvel é consideravelmente mais ágil do que aquele modelo de anos atrás. Completei o trajeto em apenas duas horas.
- b) Fernanda se dedica tanto quanto o irmão mais velho dela. Por isso, obteve um excelente desempenho na prova.
- c) A casa recém-adquirida é muito mais espaçosa que a anterior, com vários cômodos bem iluminados.
- d) Ele executa suas funções de maneira mais vagarosa do que o esperado. Avise-o para acelerar o ritmo.
- e) Esta alternativa possui bem mais encanto do que a que você escolheu. A escolha mais impressionante que já fiz.

**07.** Assinale a única alternativa em que a preposição sublinhada apresenta valor de oposição.

- a) Sem planejamento, a construção do prédio atrasou meses.
- b) Ele saiu de casa sem celular e sem carteira.
- c) Sem dinheiro, ele conseguiu terminar a faculdade.
- d) O time jogou sem seu melhor jogador e perdeu a partida.
- e) Sem o apoio da família, fica mais difícil sonhar.

**08.** Assinale a alternativa em que o conectivo 'quando' apresenta valor semântico diferente dos demais.

- a) A universidade é um espaço de aprendizado contínuo, quando os estudantes podem explorar diferentes áreas do conhecimento.
- b) Os professores costumam ser mais exigentes quando os alunos chegam aos últimos períodos do curso.
- c) Quando a pesquisa acadêmica recebe financiamento adequado, o impacto social das descobertas é significativo.
- d) Os formandos se sentem realizados quando recebem o diploma após anos de dedicação.

e) O estudante estava preparado para a prova, quando percebeu que havia esquecido a calculadora.

**09.** Todas as frases abaixo mostram um adjetivo sublinhado; a frase em que esse adjetivo tem valor de qualidade é:

- a) A paciência silenciosa é a virtude essencial daqueles que compreendem a efemeridade do tempo.
- b) A verdade absoluta é uma ilusão confortante para mentes inquietas e dogmáticas.
- c) O vazio existencial é o reflexo angustiante de uma alma insatisfeita e desorientada.
- d) A liberdade plena é um ideal utópico que a sociedade disciplinada jamais alcançará.
- e) A busca incessante pelo sucesso pode se tornar uma prisão dourada e ilusória.

**10.** A frase abaixo em que há a possibilidade de dupla concordância nominal na palavra sublinhada, é:

- a) Os livros eram o mais complicados possível.
- b) O problema foi resolvido com conselhos e sugestões fabulosos.
- c) É necessário discussão prévia sobre o projeto.
- d) Dois terços dos estudantes foram aprovados.
- e) As crianças acordaram ansiosas pela festa.

**RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO**

*Carlos Henrique*

**11.** Márcia fala sobre seus hábitos no almoço:

- Como cenoura ou feijão.
- Como lentilha ou não como cenoura.
- Como maionese ou não como feijão.

Certo dia, no almoço, Márcia não comeu maionese.

É correto afirmar que, nesse dia, Márcia

- a) comeu feijão e cenoura.
- b) não comeu feijão nem cenoura.
- c) comeu cenoura e não comeu lentilha.
- d) comeu lentilha e cenoura.
- e) não comeu feijão nem lentilha.

**12.** Em uma unidade do TRT, estão de plantão doze analistas, sendo sete homens e cinco mulheres. Desse total de auditores, dois serão escolhidos ao acaso para compor uma equipe que atuará em uma missão.

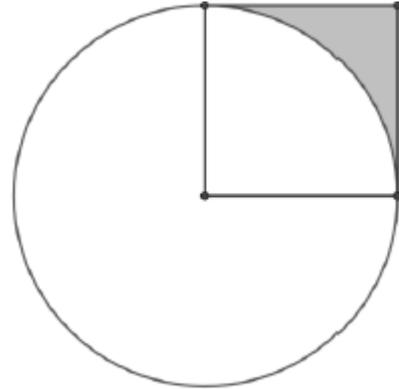
Nessa situação hipotética, a probabilidade de que essa equipe tenha pelo menos uma mulher é de:

- a)  $13/22$ .
- b)  $5/33$ .
- c)  $7/22$ .
- d)  $35/66$ .
- e)  $15/22$ .

**13.** Em certo órgão do TRT, há 20 servidores, sendo que 10 são mulheres e 10 são homens. Quantas comissões podem ser formadas com três mulheres e dois homens?

- a) 1650
- b) 1750
- c) 5800
- d) 5400
- e) 5600

**14.** Coruja desenhou uma interessante figura que ilustra um círculo de raio medindo 4cm e um quadrado. Dos quatro vértices do quadrado, um coincide com o centro do círculo, outros dois estão sobre a borda do círculo e o último é exterior ao círculo.



Coruja calculou a área da região simultaneamente externa ao círculo e interna ao quadrado, em  $\text{cm}^2$ , e achou o valor:

- a)  $4(\pi-4)$ .
- b)  $16(\pi-1)$ .
- c)  $4(4-\pi)$ .
- d)  $16-2\pi$ .
- e)  $16-\pi$ .

X	Número de observações na amostra
1	10
2	20
3	40
4	120
5	10
TOTAL	200

15. A tabela apresentada mostra as frequências absolutas das observações de uma variável X em uma amostra de tamanho igual a 200. Nesse caso, se  $M_0$  representa a moda da amostra,  $M_D$ , a mediana amostral e  $M_E$ , a média aritmética, então o produto  $M_0 \times M_D \times M_E$  será igual a:

- a) 80
- b) 27
- c) 56
- d) 60
- e) 72

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS BÁSICOS****LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL (ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO, REGIMENTO INTERNO, CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA DOS SERVIDORES DO TRT MS E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E SINDICÂNCIA)***Tiago Zanolla*

16. De acordo com o Regimento Interno do TRT-MS, o Presidente do Tribunal votará apenas em determinadas situações. Assinale a alternativa correta sobre os casos em que ele pode exercer seu voto:
- a) O Presidente votará sempre que houver empate, independentemente da matéria discutida.
  - b) O Presidente pode votar em todos os processos administrativos e judiciais, independentemente do quórum.
  - c) O Presidente votará nos incidentes de arguição de inconstitucionalidade, nas arguições de divergência e nos incidentes de resolução de demandas repetitivas.
  - d) O Presidente votará apenas nas matérias administrativas e nunca nos processos judiciais.
  - e) O Presidente só poderá votar para desempatar julgamentos de processos trabalhistas individuais.

**17.** O Vice-Presidente do TRT-MS recusou a sucessão para a Presidência após a vacância do cargo. Nesse caso, de acordo com o Regimento Interno do Tribunal, qual será o procedimento adotado?

- a) Será realizada uma nova eleição para definir um novo Presidente.
- b) O Tribunal nomeará um novo Presidente por decisão do Pleno.
- c) O cargo de Presidente será assumido pelo integrante mais antigo do Tribunal que ainda não o tenha ocupado.
- d) O Vice-Presidente não pode recusar a sucessão e deve assumir a Presidência obrigatoriamente.
- e) O CNJ decidirá quem será o novo Presidente do TRT-MS.

**18.** O Tribunal Pleno do TRT-MS recebeu uma denúncia contra um juiz de primeira instância, apontando uma possível infração penal grave. Considerando o Regimento Interno do Tribunal, qual deve ser a votação necessária para determinar o afastamento do magistrado do cargo?

- a) A decisão pode ser tomada pelo voto da maioria simples dos membros do Tribunal Pleno.
- b) O afastamento do juiz só pode ser decidido pelo CNJ, sem intervenção do Tribunal Pleno.
- c) O afastamento só ocorrerá caso haja condenação penal transitada em julgado.
- d) O afastamento pode ser determinado pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros efetivos, nos termos da Resolução nº 135/2011 do CNJ.
- e) O juiz deve ser imediatamente afastado pelo Presidente do Tribunal, sem necessidade de votação.

**19.** O advogado de uma das partes de um processo no TRT-MS verificou que o caso foi pautado para julgamento em sessão virtual. Ele deseja que o julgamento ocorra de forma presencial, para que possa realizar sustentação oral. De acordo com o Regimento Interno do TRT-MS, qual procedimento ele deve seguir?

- a) Solicitar o julgamento presencial até o início da sessão virtual, sem necessidade de justificativa.
- b) Apresentar uma petição fundamentada ao relator, explicando os motivos para a mudança da modalidade de julgamento.
- c) Enviar um requerimento ao Ministério Público do Trabalho, que decidirá sobre a viabilidade da alteração.
- d) Esperar a realização da sessão virtual e, caso se sinta prejudicado, interpor recurso alegando cerceamento de defesa.
- e) Apenas o Presidente do Tribunal pode autorizar a realização de um julgamento presencial.

**20.** A parte autora de um processo no TRT-MS deseja questionar uma decisão jurisdicional proferida por um juiz de primeiro grau. Considerando as normas do Regimento Interno do Tribunal, é correto afirmar que:

- a) A parte pode interpor correição parcial contra a decisão, pois esta não observou o entendimento do Tribunal.
- b) A correição parcial só é cabível se não houver outro recurso ou ação específica para impugnar o ato.
- c) A parte pode utilizar a correição parcial para corrigir qualquer erro de interpretação da decisão do magistrado.
- d) A correição parcial pode ser utilizada para impugnar qualquer decisão judicial de primeiro grau.
- e) A parte pode utilizar a correição parcial a qualquer tempo, pois não há prazo para sua interposição.

**21.** De acordo com o Regimento Interno do TRT-MS, o quórum mínimo para deliberação do Tribunal Pleno em matérias administrativas é:

- a) Dois terços dos membros do Tribunal.
- b) A totalidade dos membros do Tribunal.
- c) A metade mais um dos integrantes do Tribunal, incluindo o Presidente.
- d) A maioria simples dos desembargadores presentes na sessão.
- e) Pelo menos um terço dos membros do Tribunal.

**22.** O servidor Roberto, lotado no TRT-MS, recebeu um presente de uma empresa de consultoria que mantém contrato com o Tribunal. O brinde consistia em um relógio de luxo, acompanhado de uma carta de agradecimento pelos serviços prestados. De acordo com o Código de Ética do TRT-MS, a conduta correta que Roberto deve adotar é:

- a) Aceitar o presente, pois foi enviado como uma cortesia sem qualquer pedido de retribuição.
- b) Recusar imediatamente o presente, pois servidores são proibidos de aceitar qualquer tipo de brinde.
- c) Aceitar o presente e utilizá-lo apenas fora do ambiente de trabalho para evitar conflitos de interesse.
- d) Devolver o presente ou comunicar à administração do Tribunal para que tome as providências adequadas.
- e) Aceitar o presente, desde que registre sua posse em declaração ao setor de compliance do Tribunal.

**23.** A servidora Ana foi designada para compor a Comissão de Ética do TRT-MS. No entanto, ao analisar um caso concreto, verificou que a situação envolvia um primo de primeiro grau. Diante dessa situação, de acordo com o Código de Ética do Tribunal, Ana:

- a) Deve continuar no processo, pois o parentesco até o terceiro grau configura impedimento.

- b) Está impedida de participar do processo, devendo automaticamente ser substituída por seu suplente.
- c) Pode participar do processo desde que declare sua imparcialidade por escrito.
- d) Poderá atuar no caso o Presidente do Tribunal autorize.
- e) Deve se afastar da Comissão de Ética de forma definitiva, sem direito à recondução.

**LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL (ESTATUTO  
DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS (LEI  
Nº 8.112/1990) E DIREITOS E VANTAGENS  
DOS SERVIDORES)**

*Fabiano Pereira*

**24.** Entre as vantagens previstas para os servidores na Lei nº 8.112/90, as indenizações:

- a) são incorporadas aos vencimentos dos servidores, assim como as férias e o auxílio-moradia.
- b) são devidas aos servidores que comprovarem a necessidade da despesa a ser reembolsada, tornando-se parte dos vencimentos a partir desse momento.
- c) assim como as diárias, não são incorporadas aos vencimentos dos servidores, sendo concedidas apenas quando ocorre o evento que justifica seu pagamento.
- d) são incorporadas aos proventos dos servidores no momento da aposentadoria, diferentemente das gratificações.
- e) são incorporadas aos vencimentos dos servidores, assim como os adicionais, que permanecem mesmo após cessados os eventos que os justificaram, devido à sua recorrência.

**25.** Acerca dos direitos e vantagens previstos na Lei nº 8.112/1990, assinale a alternativa correta:

- a) O servidor que faltar ao serviço sem justificativa não poderá compensar a ausência utilizando suas férias.
- b) Embora haja um teto remuneratório no funcionalismo público, não há previsão de um salário-mínimo específico, permitindo que um servidor receba uma remuneração inferior ao salário mínimo.
- c) As indenizações a que o servidor tem direito são incorporadas ao vencimento ou provento para qualquer efeito.
- d) A ajuda de custo, em caso de mudança de domicílio, é devida aos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, mas não se aplica aos servidores em cargo em comissão, uma vez que não possuem vínculo efetivo com o serviço público.
- e) O adicional de insalubridade tem caráter permanente e constitui direito adquirido do servidor, não podendo ser retirado, mesmo que o risco à saúde seja eliminado.

## **ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA**

*Rodrigo Rennó*

**26.** No processo administrativo, a etapa de controle tem como um de seus principais objetivos:

- a) Delegar responsabilidades para descentralizar a gestão e estimular a autonomia.
- b) Verificar se as ações implementadas estão alinhadas com os objetivos planejados e corrigir eventuais desvios.
- c) Incentivar a participação dos colaboradores nas decisões estratégicas da organização.
- d) Criar um ambiente organizacional favorável ao desenvolvimento de lideranças informais.
- e) Ampliar a motivação dos funcionários por meio da comunicação interpessoal eficaz.

**27.** O diagrama de Ishikawa é uma ferramenta da gestão da qualidade utilizada para:

- a) Definir a estratégia da organização no longo prazo.
- b) Mapear os principais responsáveis por um projeto específico.
- c) Identificar e analisar as causas de um problema organizacional.
- d) Medir o desempenho financeiro de uma organização.
- e) Avaliar a motivação dos funcionários por meio de indicadores qualitativos.

**28.** A estrutura organizacional de uma empresa tem impacto direto sobre a sua eficiência operacional, flexibilidade estratégica e capacidade de inovação. Dentre os diferentes tipos de estrutura, destaca-se a estrutura matricial, que combina aspectos da estrutura funcional e da estrutura por projetos. Esse modelo pode ser vantajoso por promover maior flexibilidade e especialização, mas também apresenta desafios na gestão de equipes.

Com base na estrutura matricial, qual dos problemas a seguir pode ser identificado como um dos principais desafios desse modelo organizacional?

- a) A perda total da autoridade funcional, uma vez que a estrutura matricial substitui completamente a hierarquia tradicional.
- b) A dificuldade de comunicação entre os membros da organização devido à ausência de integração entre setores.
- c) A sobrecarga de trabalho dos funcionários, que podem responder a múltiplos superiores hierárquicos, gerando conflitos de autoridade.
- d) A impossibilidade de adaptação a mudanças organizacionais, tornando o modelo ineficiente em ambientes dinâmicos.
- e) A falta de especialização dos colaboradores, já que a estrutura matricial não permite o desenvolvimento de conhecimentos específicos.

**29.** A administração estratégica envolve a definição de objetivos de longo prazo e a alocação eficiente de recursos para atingir esses objetivos. Nesse contexto, o Balanced Scorecard (BSC) é uma metodologia amplamente utilizada para traduzir a estratégia organizacional em indicadores de desempenho.

Assinale a alternativa que não representa uma das perspectivas do Balanced Scorecard:

- a) Financeira, que mede o impacto das estratégias no desempenho econômico da organização.
- b) Clientes, que avalia a percepção e a satisfação dos consumidores com os produtos e serviços da organização.
- c) Processos internos, que analisa a eficiência dos processos operacionais e a qualidade dos produtos e serviços.
- d) Inovação e aprendizado, que mede a capacidade da organização de se adaptar e inovar.
- e) Controle hierárquico, que enfatiza a supervisão direta dos gestores sobre as equipes operacionais.

**30.** A cultura organizacional influencia diretamente a forma como os indivíduos interagem dentro das organizações e tomam decisões. No contexto da gestão pública, a cultura organizacional pode representar um desafio significativo para a implementação de mudanças estruturais e inovação nos serviços prestados à sociedade.

Com base nesse conceito, assinale a alternativa correta:

- a) A cultura organizacional é um fenômeno estático que, uma vez estabelecido, não pode ser alterado ao longo do tempo.
- b) A cultura organizacional influencia diretamente a adoção de novas tecnologias e práticas gerenciais, podendo facilitar ou dificultar mudanças.
- c) A burocracia organizacional não tem relação com a cultura organizacional, pois trata exclusivamente da estrutura formal da organização.
- d) As normas e valores que compõem a cultura organizacional são determinados exclusivamente pelos líderes da organização.
- e) O comportamento dos servidores públicos independe da cultura organizacional e é guiado apenas pelos regulamentos formais.

## ORÇAMENTO PÚBLICO

*Gabriela Zavadinack*

**31.** A administração pública brasileira já adotou diferentes modelos orçamentários, cada um com características específicas que influenciam a alocação de recursos e a gestão financeira do Estado. Um desses modelos destaca-se por integrar o planejamento governamental ao processo orçamentário, estabelecendo programas de trabalho com objetivos e metas claras, permitindo a avaliação dos resultados alcançados em relação aos recursos aplicados.

Assinale a alternativa que apresenta uma característica particular desse modelo orçamentário:

- a) **Ênfase no controle contábil e financeiro**, com foco na classificação econômica das despesas e na legalidade dos gastos, sem necessariamente estabelecer uma relação direta com os resultados obtidos.
- b) **Avaliação contínua das prioridades governamentais**, exigindo que todas as despesas sejam justificadas a cada novo período orçamentário.
- c) **Participação direta da sociedade** no processo de elaboração do orçamento, permitindo que os cidadãos deliberem sobre a alocação de parte dos recursos públicos, fortalecendo a transparência e o controle social sobre as finanças governamentais.
- d) **Alocação de recursos baseada em programas e ações**, com definição clara de objetivos e metas, vinculando os recursos disponíveis a resultados mensuráveis, facilitando o controle e a avaliação da eficiência das políticas públicas.
- e) **Incremento marginal das despesas**, ajustando valores com base no orçamento anterior, sem uma análise detalhada da necessidade ou eficiência dos gastos, perpetuando práticas anteriores sem reavaliação crítica.

**32.** A Constituição Federal de 1988 estabelece um sistema integrado de planejamento e orçamento composto por três instrumentos principais: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Cada um desses instrumentos possui características e finalidades específicas que orientam a gestão dos recursos públicos no Brasil.

Com base nas disposições constitucionais, assinale a alternativa correta:

- a) Cabe à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização da lei orçamentária anual.
- b) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) compreende o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimento das empresas estatais.
- c) Os planos e programas regionais serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pela Câmara dos Deputados.
- d) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estabelece as diretrizes de política fiscal e dispõe sobre as alterações na legislação tributária.
- e) O Plano Plurianual (PPA) é elaborado anualmente e estabelece as diretrizes, metas e prioridades da administração pública para o exercício financeiro subsequente.

**33.** Os princípios orçamentários são diretrizes fundamentais que orientam a elaboração, a execução e o controle do orçamento público, assegurando transparência, eficiência e responsabilidade na gestão dos recursos públicos.

Assinale a alternativa que exemplifica corretamente a aplicação do princípio orçamentário da Universalidade:

- a) A LOA federal contém apenas a previsão de receitas e a fixação de despesas, sem tratar de assuntos não relacionados ao orçamento, como alterações na legislação tributária.
- b) O governo estadual aprova um orçamento com vigência de um ano, permitindo, dessa forma, a revisão e o acompanhamento da dinâmica das contas públicas.
- c) A Lei Orçamentária Anual (LOA) do município de São Pedro inclui todas as receitas e despesas dos Poderes, órgãos, entidades da administração direta e indireta, sem omissões, permitindo uma visão completa das finanças municipais.
- d) O Estado do Mato Grosso elabora um único orçamento anual, proporcionando uma visão integrada e geral das finanças públicas.
- e) A LOA federal detalha cada despesa prevista, indicando claramente a finalidade e o montante destinado a cada ação governamental, evitando dotações genéricas ou inespecíficas.

**34.** A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) estabelece limites e condições para a despesa total com pessoal nos entes federativos, visando assegurar o equilíbrio das contas públicas. Com base nos artigos 18 a 23 da referida lei, bem como no entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a temática, assinale a alternativa correta:

- a) A despesa total com pessoal dos Estados não poderá exceder 50% da receita corrente líquida.
- b) Para fins de apuração do limite, incluem-se na despesa total com pessoal apenas os gastos com servidores ativos, excluindo-se inativos e pensionistas.
- c) É permitido aumentar a despesa com pessoal nos 180 dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão para atender a situações excepcionais previstas em lei.
- d) Se a despesa total com pessoal ultrapassar o limite máximo do Poder ou órgão, a eliminação do excedente poderá ocorrer por meio da redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária.
- e) Caso a despesa total com pessoal exceda 95% do limite estabelecido, ficam vedadas, entre outras ações, a contratação de hora extra.

35. A Constituição Federal de 1988 disciplina o processo legislativo orçamentário, incluindo a possibilidade de parlamentares apresentarem emendas ao projeto de lei orçamentária anual. Essas emendas devem atender a critérios específicos para serem admitidas no processo de apreciação legislativa.

Com base no disposto no artigo 166 da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) As emendas ao projeto de lei orçamentária anual podem ser aprovadas independentemente de compatibilidade com o plano plurianual, bastando a conformidade com a lei de diretrizes orçamentárias.
- b) As emendas parlamentares que propõem aumento de despesa podem ser aprovadas sem a necessidade de indicação dos recursos correspondentes para seu custeio.
- c) As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias podem ser aprovadas mesmo que incompatíveis com o plano plurianual, tendo em vista as naturezas diversas desses dois instrumentos de planejamento.
- d) As emendas ao projeto de lei orçamentária anual que aumentem despesas públicas devem indicar os recursos necessários para seu custeio, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que incidam sobre dotações para pessoal e seus encargos, serviço da dívida e transferências tributárias constitucionais.
- e) As emendas parlamentares podem ser relacionadas com a correção de erros ou omissões, mas não podem alterar o texto dos projetos de lei.

### **RESOLUÇÃO CNJ Nº 400/202**

*André Rocha*

36. Em relação à política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário preconizada pela Resolução CNJ nº 400/2021, assinale a alternativa correta.

- a) As ações culturalmente diversas devem ter como objetivo a redução do impacto no meio ambiente, tendo como premissas a redução do consumo, o reaproveitamento e reciclagem de materiais, a revisão dos modelos de padrão de consumo e a análise do ciclo de vida dos produtos.
- b) O Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário é elaborado e publicado por cada órgão do Poder Judiciário, com informações recebidas via PLS-Jud.
- c) É obrigatório que os órgãos do Poder Judiciário cadastrem as boas práticas que resultaram em impacto positivo quanto aos aspectos ambientais, econômicos, sociais e culturais no Portal CNJ de Boas Práticas do Poder Judiciário.
- d) A Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável deve ser presidida pelo presidente do órgão do Poder Judiciário.
- e) As unidades envolvidas no processo de contratação, em interatividade com a unidade de sustentabilidade, devem incluir práticas de gestão sustentável, racionalização e consumo consciente.

37. Em relação à política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário preconizada pela Resolução CNJ nº 400/2021, assinale a alternativa que não traz uma competência da Comissão Gestora em relação ao Plano de Logística Sustentável (PLS).

- a) deliberar sobre os indicadores e metas do PLS.
- b) avaliar e aprovar os relatórios de desempenho do PLS.
- c) propor a revisão do PLS.
- d) sugerir tarefas e iniciativas às unidades para o alcance das metas do PLS e realização das ações propostas no plano de ações.
- e) monitorar os indicadores e as metas do PLS.

**GESTÃO DE RISCO E CONTROLE INTERNO***Tonyvan Carvalho*

**38.** O Controle Interno auxilia as entidades a alcançar objetivos importantes e a sustentar e melhorar o seu desempenho. A publicação Internal Control – Integrated Framework (Controle Interno – Estrutura Integrada) do COSO permite que as organizações desenvolvam, de forma efetiva e eficaz, sistemas de controle interno que se adaptam aos ambientes operacionais e corporativos em constante mudança, reduzam os riscos para níveis aceitáveis e apoiem um processo sólido de tomada de decisões e de governança da organização. De acordo com a referida publicação, o Controle Interno é:

- a) conduzido para atingir um único objetivo, na categoria divulgação;
- b) um processo que consiste em tarefas e atividades contínuas, ou seja, um fim em si mesmo;
- c) um manual de políticas e procedimentos, sistemas e formulários;
- d) capaz de proporcionar segurança absoluta para a estrutura de governança e alta administração de uma entidade;
- e) adaptável à estrutura da entidade, sendo flexível na aplicação para toda a entidade.

**39.** A implantação de controle na administração pública no mundo tem desenvolvido componentes e princípios advindos do modelo integrado de controles internos do COSO (Committee Of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission). Esse modelo está estruturado em componentes, entre os quais destaca-se a necessidade de mapear a existência de situações que possam impedir o alcance de resultados, para determinar e catalogar essas ameaças nos diversos níveis da organização.

Esse componente do modelo COSO é denominado:

- a) atividade de controle;
- b) comunicação de informações;
- c) fixação de objetivos;
- d) identificação de evento;
- e) resposta a risco

**40.** Assinale a opção que apresenta um tipo de ocorrência que pode ser controlada pela adoção de um sistema de controle interno capaz de proporcionar uma segurança razoável da consecução dos objetivos traçados por uma organização.

- a) descumprimento de requisitos legais e regulamentares
- b) ocorrência de eventos externos à organização
- c) julgamento falho ou tendencioso no processo de tomada de decisão
- d) conluio dos empregados.
- e) capacidade da administração de sobrepassar o controle interno

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS  
AVANÇADOS**

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

*João Trindade*

**41.** Um grupo de pessoas armadas realizou um golpe de Estado, por meio do qual conseguiu tomar o poder no País Alfa. Logo, depois, elaboraram um texto constitucional, a ser submetido à aprovação popular, o que aconteceu rapidamente e com voto favorável de 80% dos eleitores. Essa Constituição, ademais, não limitava efetivamente o poder político, servindo apenas como mero simulacro para legitimar o grupo que tomou o poder. À luz da teoria da constituição, a experiência narrada acima descreve uma constituição:

- a) Bonapartista e semântica
- b) Outorgada e nominalista
- c) Promulgada e normativa
- d) Semirrígida e normativa
- e) Cesarista e nominalista

**42.** Sinforosa, Procuradora-Geral de Justiça do Estado Beta, deseje ajuizar uma ação de controle concentrado no STF, visando a que seja confirmada a constitucionalidade de determinada lei estadual, em face da Constituição Federal. Nesse contexto, pode-se dizer que:

- a) cabe ação declaratória de constitucionalidade, ação para a qual Sinforosa, porém, não possui legitimidade
- b) cabe ação declaratória de constitucionalidade, ação para a qual Sinforosa possui legitimidade
- c) cabe arguição de descumprimento de preceito fundamental, ação para a qual Sinforosa, porém, não possui legitimidade
- d) cabe arguição de descumprimento de preceito fundamental, ação para a qual Sinforosa possui legitimidade

e) cabe ação direta de inconstitucionalidade, ação para a qual Sinforosa, porém, não possui legitimidade

**43.** Joana, empregada celetista, após laborar por 10 anos como empregada da empresa Mutretas Malandras S/A, sofreu assédio moral de sua chefia imediata, considerando, assim, extinto o vínculo de emprego, em razão da despedida indireta.

À luz da Constituição Federal, da doutrina e da jurisprudência, pode-se afirmar que Joana:

- a) pode ajuizar ação reclusória trabalhista pleiteando as verbas rescisórias, assim como as horas-extras que laborou sem receber, ao longo dos últimos dez anos
- b) tem direito a uma indenização compensatória pela demissão imotivada, sem prejuízo de demais eventuais verbas rescisórias
- c) faz jus a receber auxílio-desemprego e a sacar os valores fundiários, mas não tem direito ao aviso prévio indenizado
- d) pode ajuizar demanda visando a discutir os valores de contribuições para o FGTS ao longo dos últimos dez anos, visto que, nesse caso, a prescrição é trintenária
- e) não pode pleitear o recebimento das horas-extras laboradas e não pagas no último ano do vínculo, por conta da preclusão

44. Johannes, alemão, veio trabalhar no Brasil e assustou-se quando soube que laboraria na jornada de 12 horas de trabalho por 36 de descanso. Consultou, então, uma advogada trabalhista, para saber se é constitucional esse tipo de jornada. Foi, então, informado corretamente que:

- a) o STF considera esse tipo de jornada constitucional, pois a CF não traz qualquer limitação à duração máxima do trabalho
- b) o STF considera esse tipo de jornada inconstitucional
- c) o STF considera esse tipo de jornada inconstitucional, a menos que haja autorização expressa do Tribunal Superior do Trabalho
- d) o STF considera esse tipo de jornada constitucional, desde que haja compensação de horários
- e) ainda não há pronunciamento expresso do STF sobre o tema

45. Pesquisando acerca do direito de greve, John, estudante de direito, formulou as seguintes afirmações:

I – O direito de greve é previsto para os empregados celetistas, mas não é extensível aos servidores públicos estatutários, em razão do seu vínculo ser regido pelo direito público.

II – A livre associação sindical é constitucionalmente assegurada tanto aos empregados celetistas quanto aos servidores públicos estatutários.

III – O exercício do direito de greve é assegurado aos integrantes das forças de segurança pública, desde que civis.

IV – É obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

Pode-se dizer que estão corretas as afirmações:

- a) I, II e III
- b) III e IV
- c) II e IV
- d) I e III
- e) I, II e IV

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

*Rodrigo Bet*

46. Um servidor público solicitou a concessão de licença-paternidade. Após a análise do pedido, a administração deferiu a licença com a seguinte justificativa: "Com base na certidão de nascimento apresentada e na legislação vigente que garante o direito à licença-paternidade, concede-se o afastamento solicitado pelo período previsto em lei." No contexto do ato administrativo, o elemento que corresponde aos fundamentos de fato e de direito utilizados para justificar essa concessão é:

- a) Finalidade
- b) Competência
- c) Forma
- d) Motivo
- e) Objeto

47. O município Beta, visando melhorar a eficiência da administração pública, decidiu criar uma nova Secretaria Municipal para gerenciar políticas públicas, supervisionar unidades de atendimento e coordenar atividades. Com base na organização administrativa, esse processo caracteriza:

- a) Descentralização administrativa.
- b) Avocação administrativa.
- c) Desconcentração administrativa.
- d) Centralização administrativa.
- e) Concentração administrativa.

**48.** Ana, servidora pública, foi nomeada presidente de uma comissão responsável pela organização de um concurso público para preenchimento de vagas em uma autarquia federal. Após a homologação do certame, constatou-se que alguns candidatos classificados não atendiam aos requisitos legais mínimos para investidura no cargo. A falha resultou na anulação parcial do concurso e em prejuízos financeiros à Administração. No entanto, auditoria interna concluiu que Ana e os demais membros da comissão não agiram com dolo, má-fé ou intenção de causar dano ao erário.

Com base na Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), é correto afirmar que:

- a) Para que Ana responda por improbidade administrativa, é imprescindível a instauração de um processo administrativo disciplinar prévio que comprove sua responsabilidade.
- b) A conduta de Ana configura ato de improbidade administrativa por enriquecimento ilícito, em razão do prejuízo financeiro gerado à Administração.
- c) O simples fato de ter ocorrido prejuízo ao erário é suficiente para caracterizar improbidade administrativa, independentemente da existência de dolo.
- d) Ana poderá ser responsabilizada por ato de improbidade administrativa por violação aos princípios da Administração Pública, mesmo sem comprovação de dolo, considerando a frustração da competitividade do concurso público.
- e) Ana não poderá ser responsabilizada por ato de improbidade administrativa, pois a ausência de dolo afasta a aplicação da Lei de Improbidade Administrativa.

**49.** Uma empresa contratada para prestar serviços contínuos de manutenção predial em órgãos públicos solicitou o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, alegando que a criação de um novo tributo pelo Governo Federal elevou significativamente os custos da prestação do serviço. Com base na Lei nº 14.133/2021, essa situação caracteriza:

- a) Fato do príncipe, que exige comprovação do impacto financeiro apenas ao final da execução do contrato.
- b) Cláusula exorbitante, que permite à Administração modificar o contrato sem gerar impactos financeiros ao contratado.
- c) Fato do príncipe, que justifica o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato para restabelecer as condições originais de execução.
- d) Fato da Administração, pois o aumento de tributos é responsabilidade direta do ente contratante.
- e) Risco ordinário do contrato, devendo o contratado arcar com o impacto financeiro como parte da atividade econômica.

**50.** Um governo estadual planeja realizar um grande evento comemorativo e pretende contratar uma orquestra sinfônica de renome internacional para uma apresentação especial. A orquestra é representada exclusivamente por uma empresa que gerencia todas as suas apresentações no Brasil. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, essa contratação:

- a) Depende da comprovação da inexistência de outras orquestras disponíveis para justificar a inexigibilidade de licitação.
- b) Caracteriza uma situação de licitação dispensável, já que a exclusividade da representação não impede a realização de uma competição entre interessados.
- c) Configura hipótese de inexigibilidade de licitação, já que a inviabilidade de competição é comprovada pela exclusividade da representação e pela notória consagração da orquestra.
- d) Exige a realização de licitação obrigatória, pois a contratação de artistas para eventos culturais não se enquadra nas hipóteses de contratação direta previstas na lei.
- e) Deve ser realizada por dispensa de licitação, pois a Administração Pública tem liberdade para escolher entre licitação ou contratação direta em eventos culturais.

**DIREITO DO TRABALHO***Antônio Daud*

51. Marta e Mara, advogadas trabalhistas no município de Campo Grande, discutiam sobre os recentes entendimentos do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca da tutela ao mercado de trabalho da mulher.

Neste diálogo, foi afirmado INCORRETAMENTE que:

- a) A trabalhadora gestante tem direito ao gozo de licença maternidade e à estabilidade provisória, independentemente do regime jurídico aplicado, se contratual ou administrativo, ainda que seja contratada por tempo determinado.
- b) A trabalhadora gestante tem direito ao gozo de licença maternidade e à estabilidade provisória, independentemente do regime jurídico aplicado, se contratual ou administrativo, ainda que ocupe cargo em comissão.
- c) Se, ao dar à luz, houver necessidade de internação por mais de 1 semana, a licença deverá se iniciar somente a partir da alta hospitalar, da mãe ou do recém-nascido, o que ocorrer por último, prorrogando-se ambos os benefícios por igual período ao da internação.
- d) A incidência da estabilidade provisória da gestante somente exige a anterioridade da gravidez à dispensa sem justa causa.
- e) A mãe trabalhadora não gestante em união homoafetiva tem direito ao gozo de licença-maternidade. Caso a companheira tenha utilizado o benefício, fará jus à licença pelo período equivalente ao da licença-paternidade.

52. Analise as assertivas abaixo a respeito da remuneração dos empregados celetistas, considerando as regras atualmente previstas na legislação e a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho (TST):

- I. As gorjetas integram a remuneração do empregado, não servindo de base de cálculo para as parcelas de horas extras, repouso semanal remunerado, aviso-prévio e adicional noturno.
- II. Segundo a CLT reformada, os prêmios não repercutem na remuneração do obreiro, ainda que pagos habitualmente.
- III. É cabível a cumulação dos adicionais de insalubridade e de periculosidade, quando decorrentes de fatos geradores distintos e autônomos.
- IV. Havendo comprovada discriminação salarial por motivo de sexo, etnia, raça, idade ou origem, o infrator poderá arcar com multa de até vinte vezes o novo salário do ofendido, revertida em favor do empregado.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- e) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.

**53.** A respeito das estabilidades e garantias provisórias no emprego, julgue as assertivas a seguir:

- I. A estabilidade do dirigente sindical é limitada a sete dirigentes titulares e sete dirigentes suplentes.
- II. Empregada celetista que adotar adolescente não fará jus à estabilidade constitucional assegurada às gestantes, diferentemente do que se observa com a adoção de crianças.
- III. Empregado eleito diretor-suplente de cooperativa criada pelos empregados é destinatário da estabilidade provisória no emprego.
- IV. É vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa de empregado indicado para compor comissão interna de prevenção de acidentes e de assédio, ainda que na condição de suplente.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- d) Apenas a assertiva I está correta.
- e) Apenas a assertiva II está correta.

**54.** Arlindo, chefe do departamento de gestão de pessoas da empresa Ares Lindos Ltda., ao ministrar treinamento para novos funcionários acerca das hipóteses de interrupção do contrato de trabalho, afirmou corretamente que o trabalhador pode deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário por:

- a) até três dias consecutivos, em caso de falecimento de pessoa que, declarada em sua carteira de trabalho e previdência social, viva sob sua dependência econômica.
- b) até dois dias consecutivos, em virtude de casamento.
- c) até dois dias em cada doze meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada.

d) até três dias, em cada doze meses de trabalho, em caso de realização de exames preventivos de câncer devidamente comprovada.

e) nos dias em que estiver comprovadamente realizando provas de concurso público para ingresso no serviço público federal.

**55.** Considerando os preceitos normativos e os entendimentos jurisprudenciais a respeito dos trabalhadores em turnos ininterruptos de revezamento, assinale a alternativa correta:

- (A) a duração do trabalho se sujeita ao limite de sete horas, salvo negociação coletiva.
- (B) a duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada.
- (C) a duração do trabalho se sujeita ao limite de seis horas, facultada exclusivamente a compensação de horários e a redução da jornada.
- (D) a duração do trabalho se sujeita ao limite de seis horas, sendo possível estabelecer jornada de oito horas, por meio de negociação coletiva, hipótese em que os empregados não têm direito ao pagamento da 7ª e 8ª horas como extras.
- (E) a duração do trabalho se sujeita ao limite de seis horas, sendo possível estabelecer jornada de oito horas, por meio de negociação coletiva, hipótese em que os empregados têm direito ao pagamento da 7ª e 8ª horas como extras.

**DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO***Bruno Klippel*

56. Vilma participou de processo seletivo e foi contratada como música instrumentista da Orquestra do Banco Ultra S/A, no Município de Itabaiana/SE, onde tem o seu domicílio. No contrato de trabalho foi estipulado como foro de eleição para propositura de demanda trabalhista o Município de Aracaju/SE. O banco possui agências em todos estados do Brasil e a sua sede está localizada em Brasília/DF. Durante os oito meses em que foi empregada do Banco, Vilma exerceu suas funções apenas no Município de Aracaju/SE. Caso decida ajuizar reclamação trabalhista em face de seu ex-empregador, deverá propor em

- a) Aracaju, porque foi o local da prestação dos serviços.
- b) Aracaju, por ser o foro de eleição previsto em contrato de trabalho.
- c) Itabaiana, porque é o foro do seu domicílio.
- d) Brasília, por estar situada a sede do Banco reclamado.
- e) Aracaju, Itabaiana ou Brasília, dependendo da sua própria conveniência como reclamante.

57. Na audiência UNA de rito ordinário designada na reclamação trabalhista movida por Ícaro em face da Cia. de Aviação Nuvens S/A, o advogado da reclamada apresentou exceção de incompetência territorial, alegando fatos desconhecidos pelo advogado do reclamante. Nessa situação hipotética, conforme norma prevista em legislação trabalhista,

- a) A exceção de incompetência territorial deverá ser apresentada no prazo de cinco dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência desta exceção.
- b) caso seja requerido pelo advogado de Ícaro o prazo de 15 dias para se manifestar sobre a exceção, o juiz deverá concedê-lo, adiando a audiência.

c) a audiência não será adiada para que o juiz possa decidir sobre a exceção apresentada, não cabendo nenhum prazo para manifestação à parte contrária.

d) o juiz apreciará imediatamente a arguição da exceção, não havendo previsão de concessão de prazo ao exceto, porque a audiência é UNA.

e) não havendo previsão na Consolidação das Leis do Trabalho, cabe ao juiz, dentro do seu poder de direção do processo, apreciar a exceção na própria audiência, ou decidir em 48 horas em caso de complexidade da matéria, mas não cabe prazo para manifestação do contrário, nesse caso, por se tratar de exceção.

58. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho e entendimento Sumulado do TST, no ato de interposição do agravo de instrumento, em regra, e desde que não atingido o valor da condenação,

- a) não é exigido depósito recursal.
- b) o depósito recursal corresponderá a 50% do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar.
- c) o depósito recursal corresponderá a 30% do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar.
- d) o depósito recursal corresponderá a 60% do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar.
- e) somente será devido o depósito recursal se tratar de procedimento ordinário, sendo este correspondente a 25% do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar.

**59.** A empresa Gregos e Troianos Ltda. possui nos seus quadros um empregado que exerce o cargo de dirigente sindical no sindicato que representa a categoria profissional dos empregados. Referido empregado foi surpreendido embriagado no ambiente de trabalho e a empresa o suspendeu, pretendendo dispensar o mesmo por justa causa. Nessa hipótese, a empresa deverá

- a) comunicar o sindicato da categoria no prazo de 5 dias para o mesmo instaurar inquérito para apuração dos fatos.
- b) marcar a homologação da rescisão do empregado perante o Ministério do Trabalho, o qual deverá notificar o sindicato da categoria para tomar ciência da rescisão contratual de seu dirigente.
- c) propor inquérito para apuração de falta grave perante a Vara do Trabalho competente, no prazo de 30 dias da suspensão do empregado.
- d) ajuizar inquérito civil perante o Ministério Público do Trabalho para apuração dos fatos, para que a dispensa possa ter legitimidade.
- e) ajuizar inquérito para apuração de falta grave perante o Tribunal Regional do Trabalho no prazo de 60 dias da suspensão do empregado.

**60.** Os atos processuais são os acontecimentos voluntários que ocorrem no processo e dependem de manifestações dos sujeitos do processo. Termo, por sua vez, é a reprodução gráfica do ato processual. Quanto aos prazos, diz-se necessário que os atos processuais caminhem para frente, observando determinadas regras quanto ao tempo. No que diz respeito aos atos, termos e prazos processuais a Consolidação das Leis do Trabalho estabelece:

- a) Os atos processuais sempre serão públicos e realizar-se-ão nos dias úteis das 6 às 20 horas.
- b) A penhora poderá realizar-se em domingo, mas não em dia feriado, mediante autorização expressa do juiz ou presidente.
- c) Os prazos que vencerem em sábado, domingo ou dia feriado terminarão no primeiro dia seguinte, independentemente de ser dia útil ou não.
- d) Os prazos contam-se com inclusão do dia do começo e exclusão do dia do vencimento, e são contínuos e irrelevantes, não podendo, em nenhuma hipótese, ser prorrogados pelo juiz ou tribunal.
- e) Tratando-se de notificação postal, no caso de não ser encontrado o destinatário ou na hipótese de recusa de recebimento, o Correio ficará obrigado, sob pena de responsabilidade do servidor, a devolvê-la, no prazo de 48 horas, ao Tribunal de origem.

## Discursiva

Em contratação de obra pública, o contratado comprometeu-se a cumprir o cronograma físico-financeiro de 24 (vinte e quatro) meses de execução da obra, de acordo com as regras pré-estabelecidas no Edital. O contrato vigeria por 30 (trinta) meses.

No curso da execução, observou-se substancial atraso no cronograma físico-financeiro por culpa do contratado, o que causou danos e ocasionou a decisão da Administração Pública de extinção contratual por inadimplemento, de forma unilateral.

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, responda:

- a)** em qual(is) hipótese(s) é(são) permitida(s) a extinção unilateral de um contrato administrativo firmado pela Administração Pública, de acordo com o caso concreto relatado na questão?
- b)** quais são as consequências jurídicas para a empresa que teve seu contrato extinto?
- c)** quais são as providências que a Administração Pública deve adotar, com relação aos prejuízos causados, após a extinção do contrato firmado?
- d)** quais são as opções da Administração Pública para dar continuidade à obra, após a extinção do contrato firmado?

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.  
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<http://estrategi.ac/ok1zt0>

---